



TJ QUER CRIAR 200 FUNÇÕES DE CONFIANÇA SEM EXPLICAR O PORQUÊ



Eleições 2014

**Eleições do Sindijus registra a
reeleição do “Movimento Sindicato
é pra Lutar (MSPL)” na direção**

Ipes Previdência

**Cerca de 27 aposentados do TJ
ainda não receberam reajuste salarial
no mês de janeiro**

TJ QUER CRIAR 200 FUNÇÕES DE CONFIANÇA SEM EXPLICAR O PORQUÊ

Sem definir as atribuições, nem a finalidade, o Tribunal de Justiça de Sergipe quer colocar a “carroça na frente dos bois” e criar 200 funções, nas vésperas de um concurso.

Sem qualquer diálogo com a categoria, ou com a representação sindical, o Tribunal de Justiça publica em seu site, no dia 18 de fevereiro, um encontro com o Presidente da casa, Desembargador Claudio Dinart Deda, e a Presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, Deputada Angélica Guimarães.

Longe de ser um encontro cordial, entre gestores do Poder Legislativo e Judiciário, a matéria informava que a gestão do Tribunal apresentava um Projeto de Lei para a criação de 200 novas Funções de Confiança e que estava entregando o teor dessa proposta para a ALESE, no intuito de ser votada pelos deputados estaduais.

Tomada pela surpresa da vultosa quantidade de cargos que o TJSE pretende criar, a direção do SINDIJUS inicia uma análise sobre o teor do Projeto, ao mesmo tempo em que convoca o Conselho de Representantes – espaço consultivo que une os diretores e os delegados de base do sindicato – no intuito de obter algum tipo de posicionamento sobre esse Projeto que impactará na vida profissional de todos os servidores do Tribunal.



Conselho de representantes do SINDIJUS

E, como em qualquer outro processo em que o diálogo é negligenciado, dando espaço para o viés autoritário, de início, diversas dúvidas já surgem no decorrer da leitura do Projeto de Lei, em especial sobre os impactos financeiros, atribuições dessas novas funções, as mudanças no quadro e o concurso público que está por vir.

No que tange aos impactos financeiros, em uma conta rápida, pelo valor de R\$ 913 reais atribuídos para cada Função, como conta no Projeto de Lei, multiplicado pelas 200 vagas, chegamos a um montante de 2,4 milhões de reais ao ano, um valor significativo para um órgão que vive reclamando da suas dificuldades financeiras.

Embora no próprio Projeto de Lei afirme que essas novas Funções não gerarão despesas, visto que, como conta no documento, as funções serão criadas a partir da extinção de outros cargos, o Conselho de Representantes do

SINDIJUS refuta esse argumento, justamente pela prática da incorporação, que continua sendo uma prática nefasta no TJSE.

“Não há como não haver um aumento de despesa com a criação dessas novas Funções. Mesmo que aconteça a extinção de cargos, coisa que ainda não está clara, temos a prática das incorporações ainda presente no nosso Tribunal. Quanto mais cargos em comissão ou funções de confiança são criadas, mais dinheiro será destinado para pagar a fatura da farra das incorporações,” afirma Ednaldo Martins, diretor do SINDIJUS.

Outra dúvida que gerada a partir da leitura do Projeto de Lei se dá, exatamente, nessa estratégia, por parte do Tribunal, de extinguir cargos para a criação dessas novas funções.

O Projeto de Lei, em si, pouco trata sobre como isso se dará, além de não dizer de forma objetiva, quais serão as atribuições a serem desempenhadas por essas 200 Funções de Confiança.

“Temos pouquíssimos elementos sobre a adequação destas novas funções dentro da estrutura do Tribunal, nem quais serão suas atribuições, uma norma, ao que parece, propositadamente, superficial”, indaga o diretor do SINDIJUS.

Por último, e não menos complexo, está a questão do concurso público. É notório que o Tribunal realizará, em breve, mais um concurso público para Técnicos e Analistas, portanto, para a direção do SINDIJUS, é no mínimo contraditória a criação dessas funções.

“Se há a necessidade de mais mão de obra especializada na área de Direito, para atuar auxiliando os juízes, o correto seria a criação de mais vagas para Analistas de Direito nesse próximo concurso público, já que no projeto condiciona o exercício dessa função de chefia para os servidores formados em direito, e não a proposta dessas 200 funções precarizadas,” questiona Ednaldo.

Após pedido do sindicato, uma reunião já está marcada, entre a Presidência do Tribunal e os representantes dos servidores, no sentido de esclarecer as dúvidas inicialmente levantadas pela direção do sindicato e pelos servidores do Judiciário sergipano.



Eleições do Sindijus registram a reeleição do “MSPL - Movimento Sindicato é Pra Lutar” na direção

O processo eleitoral do SINDIJUS, iniciado em novembro de 2013, chegou ao final no dia 17 de fevereiro com a vitória da chapa MSPL, com 67% dos votos.



Quatro meses de organização e mais um momento de fortalecimento da entidade sindical que representa todos os servidores do TJSE. Esse foi mais um momento em que os trabalhadores do Judiciário, de todos os cantos de Sergipe, puderam exercer o seu direito de sindicalizado, através da escolha de projetos e concepções que irão nortear o SINDIJUS no próximo triênio (2014 - 2016).

No decorrer do pleito, duas chapas disputaram a gestão do SINDIJUS, o MSPL e a Luta Sindical, garantido a cada agrupamento a possibilidade de dialogar com os servidores do TJ, para apresentar quais os projetos estavam em jogo, suas perspectivas e propostas para o sindicato.

Uma eleição transparente, acessível a todos os servidores e extremamente compromissada com a vontade manifestada por cada trabalhador no seu voto nas urnas. Em todas as Comarcas de Sergipe, a Comissão Eleitoral providenciou urnas, com mesários voluntários e contratados, a fim de garantir a todos os servidores, não só a possibilidade do exercício do voto, mas principalmente, a lisura do processo.

Transparência comprovada, até os últimos minutos da contagem dos votos, com o acompanhamento dos representantes das chapas, além de um monitoramento, através de câmeras que registraram todos os momentos da apuração.

Foram, ao todo, 47 urnas, com a participação de 1.093 sindicalizados votantes, em todas as regiões de Sergipe e todos os fóruns da capital, incluindo a sede do sindicato. Uma operação que lançou mão de uma logística que rendeu muito trabalho para a Comissão Eleitoral.

“Foi um período bastante cansativo, organizar uma eleição estadual, do porte do SINDIJUS, é algo grandioso e que exige, de quem está organizando esse processo, muito empenho para fazer com que a participação democrática esteja garantida em todos os lugares que houver sindicalizados”, afirma Saullo Guedes, membro da Comissão Eleitoral.

Os representantes das duas chapas concorrentes, reconheceram tanto o trabalho realizado pela Comissão Eleitoral, quanto da lisura do processo.

O Sr. José Anselmo Cardoso, o único representante da chapa “Luta Sindical” que acompanhou toda a apuração, atesta a lisura nos trabalhos conduzidos pela Comissão Eleitoral, nas eleições do SINDIJUS: “Tudo que está acontecendo está sendo registrado, sem maiores problemas, com muita tranquilidade, não tenho o que questionar”, afirma Anselmo.

Já Plínio Pugliesi, integrante da chapa vencedora, “MSPL - Sindicato é Pra Lutar”, corrobora com a avaliação da transparência na apuração dos votos e parabeniza os membros da Comissão Eleitoral: “Apesar do cansaço, esses quatro dias serviram como mais um marco para o fortalecimento da democracia dentro da nossa organização sindical. A Comissão Eleitoral tem feito o seu trabalho com muito afinco, só tenho a parabenizar esses companheiros, que não mediram esforços para que estas eleições fossem realizadas com profundo equilíbrio e transparência,” declara Plínio, componente da chapa MSPL.

A partir deste mandato, a diretoria do SINDIJUS deixa de o sistema presidencialista e passa a adotar o sistema de coordenações colegiadas. A nova diretoria assume a direção do sindicato, formalmente, no dia 28/02/2014, mas, em virtude do tempo exílio, a solenidade de posse acontecerá em data a ser definida posteriormente.

Diretoria Executiva

Coordenação de Relações Institucionais e Comunicação:
Plínio Pugliesi (Técnico Judiciário, Fórum Gumersindo Bessa)

Coordenação da Secretaria Geral:
Gilvan Tavares (Analista Judiciário, Fórum de N. Sra. do Socorro)

Coordenação de Administração e Finanças:
Vagner Nascimento (Técnico Judiciário, Fórum Gumersindo Bessa)

Coord. de Formação Sindical e Saúde dos Trabalhadores:
Alexandre Rollemburg (Técnico Jud., Fórum Gumersindo Bessa)

Coordenação de Políticas Sociais, Cultura e Lazer:
Marcus Vinicius (Analista Judiciário, Anexo II, do Palácio da Justiça)

Coordenação de Aposentados e Pensionistas:
Sara Cavalcante do Ó (Técnica Judiciária, Fórum Gumersindo Bessa)

Coordenação de Assuntos Jurídicos:
Ednaldo Martins (Técnico Judiciário, Fórum de N. Sra. das Dores)

1ª Coordenação Executiva:
Fernanda Ferreira (Técnica Judiciária, Fórum Olímpio Mendonça)

2ª Coordenação Executiva:
Analice Soares (Analista Judiciária, Fórum Olímpio Mendonça)

Conselho Fiscal:

Titulares:
Antonio Miguel da Silva (Técnico Judiciário, Fórum de Estância)
Antônio Fernandes da Silva (Técnico Judiciário, Fóruns Integrados I)
Braz Athanazio (Técnico Judiciário, Fórum de São Cristóvão)

Suplentes:
George Cleberton Matos (Técnico Judiciário, Fóruns Integrados III)
Larissa Carmona (Técnica Judiciária, Fóruns Integrados III)
Fabiane Spier (Técnica Judiciária, Fóruns Integrados I)

Cerca de 27 aposentados do TJ ainda não receberam o reajuste salarial de janeiro



No ano de 2013, cumprindo a legislação estadual que determina que todos os benefícios previdenciários de todos os órgãos do Estado sejam administrados pelo Sergipe Previdência, o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe repassou a responsabilidade da elaboração da folha de pagamento dos servidores aposentados para a instituição responsável pelo regime próprio da previdência no estado.

De início, essa mudança gerou algumas dúvidas que foram sendo dirimidas ao longo do tempo; entretanto, no início de 2014, outra situação gerou um profundo incômodo em cerca de 27 servidores aposentados do Tribunal de Justiça. Ao constatarem o seu contracheque, os servidores perceberam que o reajuste salarial – resultado da campanha salarial de 2013 – não foi computado em seus vencimentos.

A partir dessa constatação, alguns desses servidores lesados procuraram o SINDIJUS na tentativa de obter informações sobre a situação.

Ao tomar conhecimento do problema, imediatamente, o SINDIJUS passou a estabelecer contato com a gestão do Sergipe Previdência e, na tarde da última terça-feira (25), o diretor do sindicato, Plínio Pugliesi, manteve uma conversa com a Srª.

Diva, da Gerência de Pagamento do órgão.

Segundo o Sergipe Previdência, no ano passado, quando o TJSE repassou as informações para elaborar a folha dos aposentados, faltaram algumas informações, principalmente nos Atos da Presidência que decretam a aposentadoria, sobre a forma de aposentadoria desses 27 servidores, ocasionando problemas no sistema de informações do órgão.

Entretanto, o Sergipe Previdência informou que já está trabalhando junto ao Departamento de Recursos Humanos do TJSE, para que a atualização desses dados seja concluída com a maior brevidade possível.

A perspectiva é que esse problema esteja sanado até o pagamento mês de março, não só na aplicação do reajuste salarial nos proventos dos companheiros aposentados, como também o pagamento retroativo, do valor referente ao reajuste, dos meses de janeiro e fevereiro, que não foram pagos.

“Esse fato está prejudicando os companheiros aposentados desde janeiro, mas só agora nós tomamos conhecimento na direção do sindicato, pois, infelizmente, depois das eleições no sindicato, quando a colega da Secretaria dos Aposentados e Pensionistas, D. Mírian, foi candidata por outra chapa que disputou conosco, esta não compareceu mais no sindicato e, provavelmente, isso prejudicou o nosso contato junto aos aposentados e, consequentemente, na cobrança das explicações ao Sergipe Previdência. Agora, resta-nos aguardar que a solução do problema e os devidos resarcimentos ocorram no próximo pagamento, em março, caso contrário, teremos que avaliar outros procedimentos, inclusive, a responsabilidade jurídica sobre essa questão,” informa o diretor Presidente do SINDIJUS, Plínio Pugliesi.

**TOP 10
TJSE
do
JANEIRO**

Ranking dos maiores salários do TJSE

1º DESEMBARGADOR	R\$ 53.039,74	6º DESEMBARGADOR	R\$ 47.010,57
2º DESEMBARGADOR	R\$ 52.420,00	7º DESEMBARGADOR	R\$ 46.977,57
3º JUIZ SUBSTITUTO	R\$ 50.648,60	8º DESEMBARGADOR	R\$ 46.917,40
4º DESEMBARGADOR	R\$ 48.577,11	9º JUIZ DE DIREITO	R\$ 46.484,28
5º DESEMBARGADOR	R\$ 47.077,84	10º JUIZ DE DIREITO	R\$ 46.445,94

*fonte: Portal da Transparência